

A RELAÇÃO ENTRE TERRA, NATUREZA E MODO DE VIDA ENTRE CAMPONESES NO ROMANCE “TORTO ARADO”

The relationship between land, nature and way of life among peasants in the “Torto Arado” novel

Maria Virginia de Almeida Aguiar¹

¹ Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutora em Agroecología, Sociología y Estudios Campesinos pela Universidad de Córdoba, Córdoba, Espanha. e-mail mvirginia.aguiar@gmail.com

RESUMO

O texto apresenta reflexões sobre o campesinato nordestino à partir da análise do romance “Torto Arado”, de Itamar Vieira Júnior, sob o referencial da Agroecologia e dos estudos camponeses. Aborda a memória biocultural de uma família negra que viveu na Bahia nas “brechas” do latifúndio, reproduzindo um modo de vida tradicional mediado pela ancestralidade, a religiosidade, a terra e a natureza. Aporta subsídios para a construção do conhecimento agroecológico na região.

Palavras Chaves: agroecologia, campesinato negro, nordeste brasileiro, literatura.

ABSTRACT

The text presents reflections on the northeastern peasantry based on the analysis of the novel ‘Torto Arado’, by Itamar Vieira Júnior, under the reference of Agroecology and peasant studies. It addresses the biocultural memory of a black family that lived in Bahia in the “gaps” of the latifundium, reproducing a traditional way of life mediated by ancestry, religiosity, land and nature. It provides subsidies for the construction of agroecological knowledge in the region.

KEYWORDS: agroecology, black peasantry, Brazilian Northeast, literature.

As reflexões aqui apresentadas partem do interesse em aprofundar estudos sobre a diversidade do campesinato da região Nordeste do Brasil, indo além dos estudos camponeses e buscando dialogar com a literatura regional a partir da Agroecologia. Sabe-se que na bibliografia sobre o campesinato nordestino predomina uma abordagem que privilegia as dimensões econômica, social e política. Woortman (2011) chama a atenção para a carência de estudos brasileiros sobre os aspectos cognitivos, produtivos e ambientais, a consciência ecológica camponesa e como grupos tradicionais desenvolveram processos adaptativos em práticas ecológicas.

A literatura regional pode ser uma importante fonte de conhecimentos sobre o campo e o campesinato nordestino. De acordo com Brandão (2004: 127), “se queremos conhecer a alma e o modo de ser verdadeiro e profundo da gente de um lugar, devemos ler a literatura sobre essa gente”. Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna, entre tantos outros, desvendaram a realidade brasileira na sua complexidade. Demonstraram as disparidades sociais do país, desmascarando as desigualdades e injustiças sociais, abandonando a amenidade, o exótico, o pitoresco ou o curioso, o periférico ou o hierarquicamente

menor, presentes na literatura brasileira em outros momentos (CÂNDIDO, 2000; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2021) e essa abordagem nos interessa. O romance “Torto Arado”, de Itamar Vieira Júnior (2019), se apresentou como uma oportunidade neste sentido, pois trata de questões recorrentes ao campesinato contemporâneo e traz reflexões sobre a relação sociedade e natureza na região Nordeste, num momento de grande crise socioambiental. Além disso, o livro põe luz à busca de diferentes grupos étnicos/raciais para resistir às opressões persistentes na atualidade, quando retoma questões relacionadas à luta pela terra e a luta contra o racismo e as desigualdades de gênero. O autor nos apresenta uma história que, em geral, não é contada ou visibilizada, construída a partir de suas memórias, sua experiência com a questão agrária na Bahia, como funcionário público do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e com o olhar da Geografia e da Antropologia, presente nos estudos étnicos-africanos desenvolvidos em sua tese de doutorado (VIEIRA JÚNIOR, 2007). Assim, a partir da Agroecologia busco conhecer e entender as estratégias camponesas nordestinas e sua “memória biocultural” (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015) presentes em “Torto Arado”.

O romance conta a história das irmãs Bibiana e Belonísia desde sua infância à maturidade, ressaltando especialmente a relação entre elas, e delas com o pai Zeca e a avó paterna Donana, descendentes de “cativos” nos engenhos de cana-de-açúcar da região. Eram trabalhadores sem-terra negros que viviam e trabalhavam na condição de moradores na Fazenda Água Negra, localizada na região de Chapada Velha, na Chapada Diamantina, Bahia. A fazenda era de uma família de grandes proprietários que se dedicavam à criação de gado e lavouras de arroz, cana e palma e mantinha outros moradores na mesma condição. Juntos, conformavam uma família estendida, dividindo o que tinham e sobrevivendo às piores dificuldades.

A história conta a relação que as irmãs tinham com o trabalho, a ocupação do território, as desigualdades de gênero e a luta pela terra, tudo isso, intermediado pelo jarê como expressão da uma religiosidade que conectava a família com a natureza do lugar através de forças sobrenaturais, restituindo cura e saúde para o corpo, o espírito, a terra e os cultivos. No que pese a importância desta trama, nosso interesse se inscreve na

dimensão socioambiental em que as personagens estão envolvidas, buscando elementos que indicassem a sua relação com a terra e a natureza, através da agricultura, entendida como a arte de cultivar e habitar a terra. Portanto, o que nos chamou a atenção em “Torto Arado” foi justamente o caráter social das necessidades e das soluções ecológicas encontradas por aquela família para produzir alimentos e para sobreviver naquele lugar a partir de uma profunda relação com a natureza. Foi justamente o que tinha de regional, contextualizado, étnico e ecológico o que nos interessou no romance, nos ajudando a revelar a memória biocultural daquele grupo, valorizando o que há de mais relevante na relação entre a diversidade cultural e a diversidade biológica presentes em contextos do campesinato do Nordeste brasileiro, neste caso, o campesinato negro.

A partir da Etnoecologia e da Agroecologia, Toledo e Barrera Bassols (2015) propõem o estudo das sabedorias tradicionais, relacionando-as tanto com a prática produtiva, como com a racionalidade econômica e o próprio mundo da cultura camponesa, revelando sua importância ecológica para a construção do conhecimento agroecológico. Ao analisar os conhecimentos e as estratégias de reprodução das personagens no agroecossistema local realizando um trabalho coletivo de socialização da natureza do Cerrado e da Caatinga ao longo de gerações, analiso como os personagens de “Torto Arado” moldaram o mundo em que viviam a partir do trabalho no roçado, no arredor de casa, na criação, na coleta, na caça e na fabricação de artefatos.

De acordo com o romance, a região foi ocupada inicialmente por indígenas e, posteriormente, por aqueles que buscavam minas de diamantes, em uma trama de vida e morte, nos conflitos entre coronéis e os sujeitados da terra. As terras onde se localizava a Fazenda Água Negra foram herdadas pelos então proprietários - a família Peixoto - no ano da grande seca de 1932, tendo relação com uma sesmaria, forma comum de acesso a terra na colonização do sertão nordestino desde o século XVIII. Aquelas terras eram consideradas boas para a produção de arroz irrigado, cultivado pelos patrões em sistema tradicional de vazante, obedecendo ao ciclo das águas. As vazantes são os terrenos na margem dos açudes, lagoas e rios que são inundados no período chuvoso e que vão perdendo a água progressivamente durante a seca. Este sistema é adotado por fazendeiros e camponeses que aproveitam os sedimentos trazidos pelas cheias que

fertilizam o solo e a umidade necessária à produção, inclusive durante a entressafra, para a produção de certos cultivos. Muitas variedades de arroz são resistentes ao excesso de água e podem ser cultivadas neste sistema, exigindo muita mão de obra, garantida pelos moradores da Fazenda Água Negra. Junto com o gado, o arroz movimentava a economia dos proprietários.

A história da família de Bibiana e Belonísia faz referência temporal ao final do século XIX e o século XX, também indicada em obras de Euclides da Cunha e outros autores. A condição camponesa vivida por esta família nas “brechas” do latifúndio pecuário e arroteiro está expressa no sistema de “morada”. Os homens arregimentados para trabalhar na fazenda podiam levar suas famílias para viver ali, com direito ao uso da terra para cultivar e manter pequenos roçados e criações. Sendo moradores, eram estimados pelo fazendeiro. Estabeleciam um contrato informal de trabalho, não recebiam salário, mas tinham o alimento necessário se obedecessem às ordens do patrão e trabalhassem de domingo a domingo.

O sistema de morada é uma das configurações do campesinato que viveu no interior da sociedade pós-abolição e do sistema de dominação escravocrata em todo o Brasil, se tornando a principal forma de relação entre fazendeiros e trabalhadores. Esta condição foi amplamente documentada entre o campesinato nordestino (DABAT, 2012; HEREDIA, 1979; GARCIA, 1989 e PALACIOS, 2004). Os trabalhadores viviam em pequenos estabelecimentos familiares fornecidos pelo fazendeiro, reproduzindo um modo de vida tradicional e constituindo-se como força de trabalho nas plantações. A remuneração acontecia de diferentes formas, mas nunca correspondia as normas justas de assalariamento. Ao mesmo tempo, o sistema não era visto como escravidão, pois se considerava que podiam ir e vir livremente (SABOURIN, 2009).

Este sistema é herdeiro da “brecha camponesa” (CARDOSO, 1987), sendo um espaço criado dentro do sistema colonial e escravista que abriu possibilidades para atividades autônomas das pessoas escravizadas, mas que, no entanto, não deixou de realizar a superexploração do trabalho, o controle do seu tempo e dos seus corpos. De acordo com Dabat (2012), no sistema de morada, a empresa monocultora deixava alguma margem para as culturas alimentares (sítios e lavoura branca) efetuadas em terras cedidas para o

tempo livre dos escravos, colonos e trabalhadores rurais. A autora enfatiza a importância deste sistema para a produção de boa parte dos alimentos consumidos pelos próprios agricultores, assim como para as populações livres das sociedades de *plantation*, permanecendo ainda subordinados ao latifúndio.

Ainda que em “Torto Arado” a escravidão não estivesse mais vigente na forma de lei, há o relato da permanência de situações de trabalho análogo à escravidão. Em vários momentos, alguns personagens analisam que quando “libertaram” os negros em 1888, o abandono persistiu e o povo continuou subordinado ao patrão, trabalhando por nada ou, simplesmente, trabalhando por morada. Aquele lugar era considerado como uma terra de maus-tratos, onde se podia morrer sem assistência, onde viviam “como gado”, trabalhando por muito pouco, totalmente sujeitados ao patrão. Consideravam que a escravidão permanecia, mas fantasiada de liberdade. Toda a renda gerada na fazenda era do patrão e, vez ou outra, os moradores tinham que dar-lhes a terça parte da sua produção doméstica (as batatas maiores, feijão, abóbora, o óleo de dendê, e até as folhas para chá). Essa situação era vista pelas personagens do livro com deboche e indignação. Esse sentimento não era consenso entre os trabalhadores, em especial, os mais velhos, que aceitavam, ao seu modo, toda sorte de opressão. Zeca, um dos principais protagonistas, argumentava que a condição de morada era melhor, pois nos tempos antigos, não podiam ter roça e nem casa, tendo que viver amontoados em um barracão.

Apesar das adversidades impostas por este sistema, da relação precária com a posse da terra e sua possível transitoriedade no lugar, ao analisar o modo de vida das famílias percebe-se o papel da terra, a centralidade da produção do alimento e uma profunda relação com a natureza. Celestino (2021:13) considera que a terra para a família ia “além de sua materialidade enquanto chão de plantio”, vivendo na imaginação e no subjetivo das pessoas, já que lhe “atribuíam valor ao habitar, viver, alimentar, trabalhar, e tantos outros movimentos da vida”. Percebe-se também o papel da reciprocidade como o amálgama das relações lá estabelecidas, geradora de vínculos sociais, favorecendo a formação de uma comunidade de reconhecimentos e pertencimentos, com uma identidade coletiva e o compartilhamento de saberes, práticas e valores naquele lugar (SABOURIN, 2009).

A fazenda estava localizada entre Caatingas e Cerrados, pois tinha ali espécies nativas de cada um destes domínios biogeográficos, como o umbu, o buriti, o maracujá-da-caatinga ou o tucum, além de espécies de mata alta, como o jatobá. Estava localizada no Semiárido Brasileiro, que reúne características de baixa precipitação pluviométrica, alto índice de aridez e risco de seca. No entanto, aquelas terras eram conhecidas pela disponibilidade de água, principalmente das áreas de várzea que propiciavam a produção. As famílias moravam quase todas às margens de rios perenes, para que tivessem água de fácil acesso. Em uma entrevista, o próprio autor comenta sobre as peculiaridades do lugar onde se passa a história, definido por um regime de chuvas próprio e uma diversidade de paisagens e de vegetação, revelando diferentes sertões presentes no semiárido baiano (OLIVEIRA, 2020).

Portanto, a história é marcada por diferentes ciclos, onde o clima era definido pelo sol permanente e a chuva eventual, podendo acontecer secas e grandes enchentes. A seca é um dos fatores que mais interferem na vida das famílias agricultoras que dependem diretamente das condições do clima para produzir. Quando chegava a seca nas terras de Água Negra, a produção de arroz e feijão passava a rarear, e podia acontecer de secar inclusive os nativos umbuzeiros, trazendo a fome. Mas as enchentes podiam ser inclementes, pois arrasavam um ano de trabalho duro nas roças de vazante, quando viravam charcos e lagoas. Os conhecimentos locais de agricultores do semiárido para ler a paisagem e os sinais da natureza são de grande importância para a sua sobrevivência e produção, tendo em vista a ocorrência dos eventos climáticos extremos, a imprevisibilidade e a necessidade de aproveitar os bens naturais disponíveis. Essa sabedoria afigura-se como a possibilidade de conviver, já que sua capacidade de resistência é colocada à prova cotidianamente.

Se observamos os sistemas produtivos adotados em Água Negra pelos moradores, percebemos que mantinham ou promoviam um agroecossistema muito complexo, organizado em diferentes unidades ecofisiográficas, como os quintais, roças ou roçados (de vazante e de sequeiro), além dos rios, matas e caatingas, de onde faziam coletas de vegetais, além da caça e da pesca, manejando uma grande agrobiodiversidade, modificando e criando novas paisagens com o manejo das vazantes, adotando uma

estratégia de uso múltiplo, baseando-se mais em trocas ecológicas do que em trocas monetárias. Dali produziam quase tudo o que consumiam, apesar da precariedade, já que a comida era simples e, muitas vezes, pouca. Não podiam produzir nada além do mínimo vital necessário para não desviar da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda. O farnel básico de comida produzida de forma tradicional era galinha, mel, ovos, vários tipos de feijões, andu, aipim e mandioca, batata doce, abóbora, banana, milho, cana, quiabo, melancia, palma e hortaliças, farinha de mandioca e beiju, alimentos comuns a uma tradição indígena e quilombola.

Esta estratégia, em grande medida, era orientada pelo Jarê, através da sabedoria do pai Zeca, que incorporava os espíritos das matas, das águas, das serras e do ar, reconhecia as plantas de cura e de poder, curava a terra, livrava os cultivos dos insetos e doenças e organizava o agroecossistema, se orientando pela casa e a plantação, escolhendo e combinando tipos específicos de plantas de ciclo longo ou curto, tipo de raízes, etc. De acordo com Maestri e Fiabani (2008: p. 66), as comunidades remanescentes de quilombos chegaram aos dias atuais como “verdadeiros arquivos históricos vivos”, trazendo uma tradição horticulora que se apoiou em práticas tupis-guaranis e negro-africanas, muito semelhantes na sua diversidade, práticas e técnicas e um modo de produção doméstica de subsistência e relações econômicas comunitárias.

Zeca e sua família, assim como todos os demais moradores, moravam em uma casa construída com o material que vinha da própria terra (barro das várzeas dos rios, as forquilhas das matas, os juncos dos leitos dos rios e a palha do buriti) sem a presença de alvenaria, que poderia demarcar um tempo de presença das famílias na terra.

No arredor da casa, tinham um espaço pequeno formado pelo terreiro e o quintal, com grande agrobiodiversidade e alta produtividade biológica, com seus canteiros de ervas de curar, flores, pomar de frutas (jaca, jatobá, caju, araçá, limão, manga, fruta-pão entre outras), uma pequena horta, com um canteiro de cebolinha, pimenta e tomate, um lugar meio “caótico” reservado para as batatas e outros cultivos de roçado. Podiam criar pequenos animais (galinhas em seus poleiros velhos, porcos e abelhas coletadas no mato). Dali retiravam alimentos, inclusive aqueles que faltavam quando acontecia a enchente. O arredor da casa era lugar de trabalho permanente, quase sempre manejado

pelas mulheres e crianças, para produção de alimentos e outros bens. Elas deixavam aquele lugar como “um canto vistoso de terra”, que funcionava como a despensa e a farmácia viva da família, demonstrando a importância do trabalho das mulheres para a reprodução camponesa.

Complementando a produção, a família tinha roças de sequeiro e vazante, diversificadas e consorciadas, com cultivos que requeriam uma extensão de terra suficiente para garantir uma produção que abastecesse a família durante o ano. As vazantes são a forma encontrada pelos camponeses para conseguir produzir no período da seca/verão, já que dependem da natureza e estão sujeitos às irregularidades das chuvas e das poucas terras. A família se orientava pelo tempo/clima, sempre alerta às especificidades do lugar, pois o cultivo só poderia ser feito quando as chuvas escasseavam, quando o curso d’água começava a drenar e a terra não estava tão encharcada a ponto de prejudicar a plantação. Essas áreas exercem um papel estratégico para a estabilidade produtiva dos sistemas e para a economia da família.

Já nas roças de sequeiro, lhes era permitido plantar abóbora, milho, feijão de corda e andu, quiabo, aipim e mandioca, melancia e palma. Esse tipo de roça ficava “no alto”, mais distante da vazante e das enchentes ocasionais. Além disso, algumas famílias produziam farinha de mandioca para a venda do excedente e o consumo, ou seja, o suficiente para garantir acesso ao alimento nos momentos de maior necessidade.

A família também podia aproveitar a mata nativa que circundava a casa, córregos e os rios Utinga e Santo Antônio com seus brejos ou várzeas de marimbus (terra pantanosa ou pântanos à margem de rios, com vegetação semiaquática, formada por lagoas) com seus buritis. Coletavam frutos da estação no mato, sempre aproveitados pelas crianças, além da diversidade de plantas medicinais usadas para curar os males do corpo e do espírito, flores sempre-vivas para enfeitar os altares dos santos e santas, taboa nos leitos dos rios para fazer esteira, sacola e teto de casa, paus e madeiras para vários usos e lenha para cozinhar. O buriti nativo, quando maduro, era catado e aproveitado pelas mulheres, que faziam uma massa armazenada em sacos de linhagem, a ser vendida na cidade para outras mulheres que faziam doce e suco para vender.

Cultivava-se o exótico dendê que veio da África desde a colonização do Brasil, trazidos pelos escravizados, sobre os quais os moradores guardavam vários saberes e formas de uso. O dendê era colhido em cachos pelos homens e as mulheres faziam o azeite e transportavam em garrafas armazenadas em sacolas de taboa. A venda de buriti e dendê, na cidade, garantia a compra de mercadorias necessárias que não produziam, ou quando a roça não resistia à seca ou à enchente do rio, como arroz, carne-seca, feijão, açúcar, farinha de milho e café. A colheita do buriti e do dendê era o que restava nos períodos extremos, inclusive para as mulheres, como ocorrido com a personagem Belonísia, que se tornou viúva e enfrentava sozinha a lida da vida.

Da caça, aproveitava-se até a pele de caititu, que cobria o chão de terra na casa. Pescavam no rio Santo Antônio e suas lagoas tributárias cercadas de lodaçais quando caía um temporal e os peixes grandes chegavam com a correnteza. Da terra molhada tiravam a minhocas para servir de isca para pescar o cascudo (que tinha pouca carne), o apanharí, o molé (preparado cozido no dendê), o cumbá e o jundiá. Esse alimento enriquecia a dieta com uma porção de proteína ou garantia algum alimento nos períodos de secas e enchentes. Nas secas, a pesca também se tornava escassa, com peixes menos nobres (cascudo e piaba) e cada vez menores, que “só serviam para dar um gosto no angu de farinha”. Os peixes também podiam ser vendidos para a compra de mantimentos nos períodos de enchentes.

O alimento na época das secas era básico: angu de farinha de mandioca com peixe temperado com umbu e sal, dando algum sabor à carne. Quando a farinha raleava, recorriam ao chá de capim santo com beiju de jatobá, planta resistente à seca que oferecia abundantes favas para a alimentação, mas era considerado alimento de “segunda linha”. Também recorriam à palma guisada no azeite de dendê, plantada para o gado da fazenda e nos quintais. Quem não se preveniu com a sua própria plantação de palma contava com a solidariedade de um vizinho para garantir algum alimento na mesa. A caça do veado, da paca, da capivara e da cutia também ficava escassa no período das secas. Aves, como o jacu, o inhambu e a juriti eram possíveis de se capturar, mas, tinham pouquíssima carne. Às vezes, se encontrava um teiú, que aparecia comendo carcaça de bois mortos na seca.

Deste sistema tradicional de uso da terra garantiam sua reprodução, retirando boa parte dos alimentos e outros produtos que consumiam e alguns excedentes para comercialização e compra do que faltava, já que a sua segurança alimentar dependia diretamente do seu trabalho e do agroecossistema em que viviam.

As evidências literárias trazidas em “Torto Arado” sobre os saberes tradicionais associados aos Cerrados e Caatingas podem ser valiosas para uma maior compreensão da memória biocultural camponesa negra e nordestina, tal como demonstrado acima. Ao analisar estas práticas em “Torto Arado”, mediadas pela sua etnicidade demarcada pela religiosidade do jarê e uma relação específica com a natureza, destaca-se aquele grupo como sujeitos importantes para a construção do conhecimento agroecológico, aportando contribuições para várias dimensões da Agroecologia (SILVA, 2019).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. Torto arado é literatura regionalista? **Diário do Nordeste**, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaocolumnistas/durval-muniz-de-albuquerque-jr/torto-arado-e-literatura-regionalista-1.3129508>. Acesso em: 27 set 2022.
- BRANDÃO, Carlos R. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta I. M. **O campo no século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra/Casa Amarela, 2004. p. 121-131
- CANDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cdrom/candido/candido.pdf>. Acesso em: 27 set 2022.
- CARDOSO, Ciro F. S. **Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 126p
- CELESTINO, Maria Clara L. A mimesis como mediadora entre geografia e literatura em Torto Arado de Itamar Vieira Júnior. In: ENANPEGE, 14a ed. 2021, Campina Grande. **ANAIS DO XIV ENANPEGE**: Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 1-17. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77795>. Acesso em: 17/05/2022
- DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores**. 1ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. 870p.
- GARCIA, Afrânio. **O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. 1ª ed. São Paulo, Editora Marco Zero, 1989. 286p.
- HEREDIA, Beatriz M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164p.
- MAESTRI, Mário e FIABANI, Aldemir. O mato, a roça e a enxada: a horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI-XIX). In MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Vol. I. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: MDA/NEAB, 2008. p. 63-84
- OLIVEIRA, Joana. “Tudo em ‘Torto arado’ é presente no mundo rural do Brasil. Há pessoas em condições análogas à escravidão”. **El País**, 2020. Disponível em <http://sertaobaiano.com.br/noticia/tudo->

[em-torto-arado-e-presente-no-mundo-rural-do-brasil](#). Acesso em: 27 set 2022.

PALACIOS, Guilherme. **Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. 1ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2004. 380p

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2009. 336p.

SILVA, José N. da A atualidade do campesinato negro no nordeste brasileiro e suas contribuições para a construção do conhecimento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 2, p. 80-96, 2019

TOLEDO, Victor. M. e BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/ASPTA, 2015. 225p.

VIEIRA JUNIOR, Itamar R. **Trabalhar é tá na luta. Vida, morada e movimento entre o povo da Iuna, Chapada Diamantina**. 2007. 293p. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6228834. Acesso: 27 set 2022.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado“Torto Arado”**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2019. 264p.

WOORTMAN, Ellen. Práticas eco-agrícolas tradicionais: ontem e hoje. **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n.2, p. 15 a 32, 2011. Disponível em:

<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/91>. Acesso em: 27 set 2022.